

CRIANÇAS BRASILEIRAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Mariana Rúbia Gomes Brito

Discente - Centro Universitário Fametro – Unifametro

mariana.brito@aluno.unifametro.edu.br

Rayssa Moreira da Silva

Discente - Centro Universitário Fametro – Unifametro

Rayssa.silva04@aluno.unifametro.edu.br

Isadora Nogueira Vasconcelos

Docente - Centro Universitário Fametro – Unifametro

isadora.vasconcelos@professor.unifametro.edu.br

Área Temática: Alimentos, nutrição e saúde

Área de Conhecimento: Ciências da Saúde

Encontro Científico: XIII Encontro de Iniciação à Pesquisa

RESUMO

Introdução: A insegurança alimentar infantil é um problema relevante de saúde pública no Brasil, que compromete o crescimento, o desenvolvimento e o bem-estar das crianças. Está associada principalmente à desigualdade social, baixa renda e escolaridade materna reduzida, afetando não apenas o estado nutricional, mas também aspectos cognitivos, motores e socioemocionais. **Objetivo:** Analisar, por meio de revisão integrativa da literatura, as consequências nutricionais e sociais da insegurança alimentar em crianças brasileiras. **Métodos:** A pesquisa foi realizada nas bases PubMed Central (PMC) e Scielo, em agosto de 2025, utilizando descritores em Ciências da Saúde com operador booleano AND. Foram incluídos artigos publicados nos últimos dez anos, em português, espanhol e inglês, disponíveis gratuitamente, que relacionam a insegurança alimentar ao desenvolvimento infantil. Do total de 4 mil artigos, cinco foram selecionados após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. **Resultados:** Os estudos evidenciaram elevada prevalência de insegurança alimentar em famílias com crianças menores de cinco anos, variando de um terço a mais da metade dos domicílios. O fenômeno mostrou forte associação a fatores socioeconômicos estruturais, refletindo desigualdades persistentes. Além das deficiências nutricionais, foram observados prejuízos no desenvolvimento motor e cognitivo, além de maior vulnerabilidade a morbidades. **Considerações finais:** Conclui-se que a insegurança alimentar infantil demanda políticas públicas intersetoriais capazes de garantir o direito à alimentação adequada e promover melhores oportunidades futuras para nossas crianças.

Palavras-chave: Crianças; Insegurança alimentar; Vigilância alimentar e nutricional; Desenvolvimento infantil; Saúde pública.

INTRODUÇÃO

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua 2023), dos 78,3 milhões de domicílios investigados no Brasil, 4,1% estavam em situação de Insegurança Alimentar (IA) grave. Neste nível de IA, a fome é vivenciada em toda residência, afetando adultos e crianças. Essa situação de vulnerabilidade alimentar acomete

crianças em todas as regiões do país (Brasil, 2023). Fatores como a desigualdade social e econômica, aliada a lacunas em políticas públicas, contribui significativamente para a ocorrência desse fenômeno, tornando-o um desafio urgente para profissionais de saúde, educadores e gestores (REDE PENSSAN, 2022).

As consequências da insegurança alimentar vão além da nutrição, afetando também aspectos sociais do desenvolvimento infantil. Crianças em situação de vulnerabilidade alimentar apresentam maior risco de desnutrição, deficiências de micronutrientes e atrasos no crescimento, assim como dificuldades no desempenho escolar, alterações comportamentais e impacto negativo nas relações familiares e sociais (Avila *et al.*, 2025). Sendo assim, torna-se essencial compreender de que forma a insegurança alimentar influencia tanto o estado nutricional quanto a dimensão social das crianças, a fim de subsidiar estratégias de intervenção eficazes e políticas públicas adequadas.

Diante desta problemática, objetiva-se analisar, por meio de uma revisão de literatura, as consequências nutricionais e sociais da insegurança alimentar em crianças brasileiras.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura que busca analisar artigos científicos a partir de uma pergunta norteadora: “Quais fatores socioeconômicos, demográficos e de saúde estão associados à ocorrência e aos diferentes níveis de insegurança alimentar em crianças brasileiras menores de cinco anos?”. A pesquisa dos artigos foi realizada através das bases de dados PubMed Central (PMC) e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) no mês de agosto e setembro de 2025.

Para a pesquisa dos artigos foram utilizadas palavras-chaves extraídas dos Descritores em Ciências da Saúde (DECS) sendo elas: “Crianças” (*Child*), “Insegurança Alimentar” (*Food Insecurity*), “Vigilância Alimentar e Nutricional” (*Food and Nutritional Surveillance*), utilizando o operador booleano *AND*. Como critérios de inclusão foram selecionados artigos dos últimos 10 anos (2015 – 2025), publicados em inglês, português, espanhol e com acesso gratuito. Foram selecionados estudos que investigassem a relação da insegurança alimentar infantil e as consequências nutricionais e sociais, que respondessem à pergunta norteadora.

Foram excluídas as revisões de literatura, trabalho de conclusão de curso, teses, dissertações e editoriais. O levantamento inicial resultou em 4.000 artigos. Após a aplicação dos filtros, restaram 51 estudos. Após a leitura dos títulos e resumos esse número foi reduzido para 15 artigos, em seguida, após a leitura completa dos textos 5 artigos foram selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, cinco estudos atenderam aos critérios de inclusão e compuseram esta revisão, publicados no período de 2016 a 2024, que juntos analisaram crianças brasileiras em diferentes contextos regionais. As pesquisas foram conduzidas no Rio de Janeiro (RJ), em Pelotas (RS), João Pessoa (PB), São José dos Pinhais (PR), além de um estudo de abrangência nacional. A população investigada concentrou-se em crianças menores de cinco anos, incluindo lactentes e pré-escolares, conforme a definição de cada estudo. Todos os trabalhos utilizaram a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) como instrumento principal de mensuração, sendo que alguns associaram medidas adicionais, como exames laboratoriais (hemoglobina e vitamina A) e escalas de desenvolvimento infantil, além de indicadores demográficos e socioeconômicos.

Para melhor visualização, os principais objetivos, métodos e resultados desses estudos estão organizados no quadro 1, o que permite uma comparação entre contextos e enfoques distintos.

Quadro 1 - Características metodológicas e principais resultados dos artigos incluídos na revisão, 2025.

AUTOR/ ANO/ LOCAL	OBJETIVOS	MÉTODOS	PRINCIPAIS RESULTADOS
Carneiro <i>et al.</i> (2019) Rio de Janeiro	Analisar a associação entre insegurança alimentar em crianças de 6 a 59 meses de idade assistidas em unidades básicas de saúde (UBS) no Rio de Janeiro	Estudo transversal, realizado em UBS. Com 519 crianças de 6–59 meses). Métodos utilizados Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) mais exames laboratoriais (hemoglobina e retinol).	O estudo encontrou prevalência de insegurança alimentar de 40%, sendo 33% na forma leve, 3,9% moderada e 3,1% grave. A maioria das famílias tinha renda inferior a dois salários mínimos e 37% recebiam benefícios governamentais. Esses dados mostram que, mesmo em contexto urbano do Sudeste, a insegurança alimentar domiciliar é frequente em crianças pequenas.
Ávila <i>et al.</i> (2024) Pelotas, RS	Avaliar a associação entre a insegurança alimentar domiciliar e o desenvolvimento infantil aos 18 meses de idade em crianças residentes na zona urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul	Estudo longitudinal, coorte urbana. Com 465 mães e lactentes (2016–2020). Avaliação: Escala Bayley-III (cognitivo, motor, socioemocional, linguagem). Exposição: Insegurança alimentar (EBIA).	A insegurança alimentar está diretamente relacionada a prejuízos no desenvolvimento motor e socioemocional de 465 mães e filhos, 30,4% das famílias apresentaram insegurança alimentar: 22,2% leve e 8,2% moderada/grave. Lactentes com insegurança moderada/grave tiveram médias mais baixas de desenvolvimento: cognitivo 90,4 vs. 96,9, motor 95,1 vs. 99,9, linguagem 89,5 vs. 96,3, e socioemocional 95,5 vs. 102,5 ($p < 0,05$). A insegurança alimentar manteve efeito significativo apenas nos domínios motor (-2,30 pontos; IC95%: -4,13 a -0,48) e socioemocional (-4,05 pontos; IC95%: -7,34 a -0,76), evidenciando prejuízos no

			desenvolvimento dessas áreas em crianças expostas à insegurança alimentar.
Pedraza <i>et al.</i> (2021), João Pessoa, Paraíba	Avaliar a insegurança alimentar e nutricional em famílias com crianças menores de cinco anos da Região Metropolitana de João Pessoa (PB) e sua associação com características biológicas, de saúde e socioeconômicas	Estudo transversal Amostra: 324 crianças <5 anos atendidas pela ESF e suas famílias. Coleta de Dados: aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e questionário socioeconômico.	O estudo revelou alta vulnerabilidade alimentar e nutricional em famílias com crianças menores de cinco anos na Região Metropolitana de João Pessoa. A insegurança alimentar moderada/grave (44,6%) e grave (15%) foi significativamente associada a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que continuam vulneráveis.
Chapanski <i>et al.</i> (2021) São José dos Pinhais, PR	Analisar a associação entre insegurança alimentar (IA) e fatores sociodemográficos em crianças de 18 a 35 meses matriculadas na rede pública de ensino de São José dos Pinhais, Paraná	Estudo transversal. Com 395 crianças de 18–35 meses matriculadas em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI). Prevalência: IA = 34,7% (25,7% leve; 9% moderada/grave). Instrumento: EBIA, versão 2009.	Os resultados evidenciam que a baixa renda é o principal determinante da insegurança alimentar em famílias com crianças pequenas, e que o sexo masculino apresenta maior probabilidade de IA leve, com 2,34 vezes mais chance do que meninas (IC95% 1,49–3,68). Essa diferença não se manteve para a IA moderada/grave.
Gubert <i>et al.</i> (2016) Brasil	Investigar a associação da insegurança alimentar domiciliar com estado nutricional, e ocorrência de morbidades em crianças menores de 5 anos.	Estudo transversal, com dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (2006), amostra de 4064 crianças <5 anos. Medidas: EBIA, antropometria, dosagem de vitamina A e hemoglobina, relatos maternos sobre morbidades e hospitalizações. Análise por regressão logística (OR bruto e ajustado).	O estudo apontou uma severa insegurança alimentar associada a maior prevalência de tosse (ORaj=1,79) e hospitalização por diarreia (ORaj=2,55). Associação dose-resposta entre insegurança alimentar e déficit de estatura. Não houve associação com vitamina A, pneumonia, desnutrição aguda ou sobrepeso. A insegurança alimentar grave está associada a maior risco de infecções respiratórias e diarreia em crianças brasileiras.

LEGENDA: UBS: Unidades Básicas de Saúde; SUS: Sistema Único de Saúde; EBIA: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar; RS: Rio Grande do Sul; PB: Paraíba; PR: Paraná; ESF: Estratégia Saúde da Família; CMEI: Centros Municipais de Educação Infantil; PNDS: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde; IA: Insegurança Alimentar; IAL: Insegurança Alimentar Leve; IAMG: Insegurança Alimentar Moderada ou Grave; OR: Odds Ratio (Razão de chances); IC95%: Intervalo de Confiança de 95%.

Fonte: as autoras.

A revisão mostrou que a insegurança alimentar infantil permanece elevada no Brasil, afetando entre 30,4% e 44,6% dos domicílios com crianças menores de cinco anos, podendo chegar a 59,6% em situações de maior vulnerabilidade socioeconômica. Essa prevalência elevada confirma o caráter persistente do problema, presente em diferentes regiões do país, e sua estreita relação com fatores socioeconômicos como baixa renda, escolaridade materna reduzida e dependência de programas de transferência de renda, como já evidenciado na PNDS 2006, que identificou maiores prevalências de insegurança alimentar moderada e

grave em domicílios com crianças menores de cinco anos, associadas a renda, região e participação em programas de transferência de renda (Santos *et al.*, 2010).

Esses determinantes estruturais explicam a maior ocorrência de insegurança alimentar em níveis moderados e graves, que comprometem não apenas a saúde e a nutrição, mas também o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças, ampliando desigualdades já existentes. Apesar de avanços em políticas públicas como a PNAE e (Programa bolsa família) PBF, os estudos recentes apontam retrocessos, possivelmente relacionados às crises econômicas e sociais.

Entretanto, é importante destacar algumas limitações dos estudos incluídos, como amostras restritas a determinadas regiões ou populações específicas, o que pode dificultar a generalização nacional dos achados. Ainda assim, os resultados reforçam que a insegurança alimentar infantil deve ser compreendida como expressão das desigualdades sociais brasileiras, demandando políticas intersetoriais que assegurem proteção social, renda e acesso a alimentos adequados, o que assegura não apenas a saúde imediata, mas também melhores perspectivas de vida e equidade para as futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise conjunta dos estudos evidencia que a insegurança alimentar infantil no Brasil é um problema persistente, presente em diferentes regiões e contextos urbanos, com prevalências elevadas que variam de cerca de um terço a quase metade das famílias investigadas. Fatores como baixa renda, baixa escolaridade materna e dependência de programas de transferência de renda aparecem de forma recorrente como determinantes centrais.

Além do impacto direto no estado nutricional, a insegurança alimentar está associada a prejuízos significativos no desenvolvimento motor e socioemocional, maior risco de morbidades como infecções respiratórias e diarreia, e maior necessidade de hospitalização. Esses efeitos combinam carências nutricionais e estresse familiar, comprometendo o crescimento e as oportunidades de desenvolvimento infantil.

Os achados reforçam a urgência de políticas públicas integradas, como o fortalecimento de programas de transferência de renda, ampliação do PNAE e ações intersetoriais em saúde e educação. Garantindo o direito à alimentação adequada e ambientes estimulantes para o pleno desenvolvimento das crianças. Também apontam para a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a compreensão das repercussões da insegurança alimentar e orientem estratégias de prevenção e enfrentamento mais eficazes.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, C. N.; TRETTIM, J. P.; RUBIN, B. B.; COELHO, E. C.; COELHO, F. T.; MATOS, M. B.; MOTTA, J. V. D. S.; PINHEIRO, R. T.; QUEVEDO, L. A. Associação entre insegurança alimentar e desenvolvimento infantil aos 18 meses do lactente na zona urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X000000024>.

CARNEIRO, L. B. V.; CASTRO, I. R. R.; JUVANHOL, L. L.; GOMES, F. D. S.; CARDOSO, L. O. Associação entre insegurança alimentar e níveis de hemoglobina e retinol em crianças assistidas pelo Sistema Único de Saúde no Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, e00220818, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00220818>.

CHAPANSKI, V. R.; COSTA, M. D.; FRAIZ, G. M.; HOFELMANN, D. A.; FRAIZ, F. C. Insegurança alimentar e fatores sociodemográficos em crianças de São José dos Pinhais, Paraná, 2017: estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. 4, e2020932, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000400013>.

GUBERT, M. B.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; SPERANDIO, N.; FIATES, G. M. R.; BENICIO, M. H. D. Household food insecurity, nutritional status and morbidity in Brazilian children. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, n. 23, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006053>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2023: segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. Agência IBGE Notícias, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838>. Acesso em: 24 set. 2025.

PEDRAZA, D. F.; GOMES, R.; SILVA, A. A. M. Insegurança alimentar e nutricional de famílias com crianças menores de cinco anos da Região Metropolitana de João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 4, p. 1511–1520, abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.39842018>.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Rede PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – VIGISAN 2022**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 24 set.2025.